

TRAMAS CAOSGRÁFICAS ENTRE DESIGN E CIDADE: um ensaio teórico e metodológico

CHAOSGRAPHS THREADS BETWEEN DESIGN AND CITY: a theoretical and methodological essay

COELHO, Glauci; Doutora em Urbanismo; DAU-ESDI-UERJ;

gcoelho@esdi.uerj.br

CRUZ, Giovana; Doutora em Arquitetura e Urbanismo; UERJ

giovanacruz@eng.uerj.br

SCHVARSBURG, Gabriel; Doutor em Planejamento Urbano e Regional; PPDESIDI-UERJ

gabrielsberg@esdi.uerj.br

FERRARI, Cláudia Estefânia; Mestranda em Design; ESDI-UERJ

cferrari@esdi.uerj.br

GOMEZ, Ana Carolina Lopes; Mestranda em Design; PPDESIDI-UERJ;

anacarolgomez@hotmail.com

MADUREIRA, Anna Carolina; Mestranda em Design; PPDESIDI-UERJ

amadureira@esdi.uerj.br

MONTEIRO, Mariana Alves; Doutoranda em Design; PPDESIDI-UERJ

marianamonteiro.a@gmail.com

ROSETTI, Amanda; Mestranda em Design; ESDI-UERJ

amandarosetti@gmail.com

SACRAMENTO, Winston; Doutorando em Design; PPDESIDI-UERJ

wsacramento@esdi.uerj.br

SILVEIRA, Arthur; Mestrando em Design; PPDESIDI-UERJ;

art.arthursilveira@gmail.com

Resumo

Este trabalho é o registro coletivo, enquanto método e experiência, de uma investigação teórico-prática realizada a "n" mãos, em uma disciplina de pós-graduação em design dedicada a pensar relações entre design e cidade, no primeiro semestre de 2024. Como lidar com as novas escalas da urbanização e seus impactos considerando a colonialidade do poder e as potências contra-coloniais? Como cartografar as atuais linhas de fuga, no âmbito das políticas do design? Como inserir o design nos agenciamentos territoriais e políticos, e que transformações estes agenciamentos exigem do design em tempos de vertigem? Para pensar essas questões coletivamente, realizamos oficinas sob o referencial das caosgrafias. Assim, explorando essa metodologia, costurou-se um processo de escritura articulado em jogadas e de caráter fragmentário, assumindo a forma da montagem, agora aberta a outras recomposições que a leitora ou leitor venham a produzir.

Palavras Chave: design; cidade; cartografia.

Abstract

This work is a collective register, as a method and experience, of a theoretical-practical investigation carried out by "n" hands in a postgraduate design course dedicated to thinking about the relations between design and city, in the first semester of 2024. How do we deal with the new scales of urbanization and their impacts, considering the coloniality of power and counter-colonial powers? How can we map the current lines of flight in the context of design politics? How can design be inserted into territorial and political agencies, and what transformations do these agencies demand of design in times of vertigo? In order to think about these questions collectively, we held workshops using the framework of chaosgraphy. Thus, exploring this methodology, we stitched together a writing process articulated in plays and of a fragmentary nature, taking the form of an assembly, now open to other recompositions that the reader may produce.

Keywords: design; city; cartography.

1 introdução

Aviso aos Navegantes!!!

Caosgrafia Torta: o ambiente construído é uma coisa, a maneira como as pessoas nele habitam, outra.

Caosgrafia Aberta: um sistema de adequação [do ambiente] entre o estranho, o curioso, e o possível.

Caosgrafia Modesta: é necessário tempo para que se possa construir o ambiente.

Este trabalho é o registro coletivo, enquanto método e experiência, de uma investigação teórico-prática realizada a "n" mãos, em uma disciplina oferecida em programa de pós-graduação em design que se dedicou a pensar relações entre design e cidade, no primeiro semestre de 2024.

A proposta da disciplina, estruturada em três módulos principais, é questionar como as novas geografias de uma urbanização extensiva enfraquecem o potencial analítico e projetivo das dicotomias tradicionais — como urbano x rural, público x privado, local x global, formal x informal, natureza x cultura — que estruturam o pensamento urbano, dando lugar a manchas cinzentas que desafiam os referenciais epistemológicos que orientam o pensamento crítico e a experiência sensível. Tais geografias são marcadas pela aceleração capitalista e pela reconfiguração das relações espaço-temporais.

Como lidar com as novas escalas da urbanização e seus impactos sobre o planeta, territórios, modos de vida e subjetividades, considerando a colonialidade do poder e as potências contra-coloniais? Como cartografar as atuais linhas de fuga, produção de alternativas, seus repertórios práticos, linguísticos e as economias de afetos no âmbito das políticas do design da paisagem, do território e do espaço habitado? Como o design se insere nos atuais agenciamentos territoriais e políticos, e que transformações estes agenciamentos exigem do design em tempos de vertigem?

Os três módulos abordaram, respectivamente, (1) teorias urbanas, fundamentando as bases teóricas necessárias para compreender as dinâmicas atuais das cidades; (2) as pesquisas urbanas, explorando diferentes modos de fazer e narrar; e (3) a reflexão sobre experiências e outras epistemologias do urbano, ampliando o olhar sobre as realidades urbanas.

A partir de leituras coletivas e debates, buscou-se mapear linhas de fuga e alternativas práticas no design da paisagem, território e espaço habitado, refletindo sobre a inserção do design nos agenciamentos territoriais e políticos contemporâneos. Fornecendo um conjunto de ferramentas conceituais e práticas, o curso visou contribuir, portanto, para uma reflexão sobre os modos de atuação do campo projetual sobre o espaço habitado, investigando criticamente os modelos e representações hegemônicas de cidade, território, projeto e planejamento.

Além das leituras e dos debates, foram realizadas duas oficinas colaborativas, a fim de aprofundar reflexões e promover articulações entre os temas trabalhados e nossas pesquisas. As oficinas, realizadas sob o referencial das caosgrafias (Araujo, 2016), constituíram momentos de construção coletiva de pensamentos e dizeres das relações design e cidade, os quais desdobram-se na produção do presente artigo. Vale dizer, portanto, que, caracterizando-se como uma espécie de

terceiro ato das próprias caosgrafias, este trabalho não pretende trazer respostas acerca das múltiplas e possíveis costuras entre design e cidade, mas sim abrir esse jogo caosgráfico a novas e novos participantes, novas reflexões e novas costuras.

Seguindo a valorização do fragmento, mais do que da unidade, esta escritura — ela mesma uma nova jogada — assume a forma da montagem, inspirada pelo método benjaminiano (Sarlo, 2013). Assim, o texto guarda certo rastro compositivo da caosgrafia vivida em sala de aula, agora aberta a outras recomposições que a leitora ou leitor venham a produzir, ou seja, que a leitura siga sendo jogo caosgráfico capaz de manter os sentidos de design e cidade em devir.

2 o que é uma caosgrafia?

A caosgrafia, conforme apresentada por Frederico Araujo (2016) no texto "Caosgrafias cidade", emerge como uma prática coletiva que transita entre ciência, arte e filosofia, "articulando teorias e práticas com a experiência estética envolvida nos atos de dizer (e criar) cidade através de múltiplas linguagens em meio a atividades que proferem temas e problemas da cidade contemporânea" (Araujo, 2016, p. 900). Para isso, o autor utiliza a noção de caos como potencializador de possibilidades de criação de narrativas urbanas.

Tratando isso como um processo de "narrativa-experiência" coletiva em que as pessoas não precisam nem desejam concordar ou chegar a uma "síntese totalizadora, ou conclusão, ou verdade", e sendo este um território em disputa, fica autorizado dizer que a caosgrafia "quando produz reverberações potentes, pode contribuir enquanto provocação, tensionamento e/ou desestabilização no debate do fazer, instituir e pensar cidade." (Araujo, 2016, p. 901)

Nesse contexto, a prática da caosgrafia incentiva a orquestração coletiva de fragmentos tramados "rizomanticamente". Tais fragmentos, que podem ser imagens, objetos, escritos, gestos etc., são produzidos pelos participantes "para compor arranjos e montagens sobre um tabuleiro que só passa a existir [...], na própria dinâmica das composições, desvios, provocações e interpelações de cada jogada." (Araujo, 2016, p. 907) Através desse jogo, busca-se desafiar a racionalidade dominante, reconhecendo os afetos como componentes essenciais na construção de discursos urbanos. A narrativa resultante dessa prática convida à reflexão e à problematização da própria linguagem, transformando-a em "campo de conflitos a ser permanentemente tensionado." (Araujo, 2016, p. 905)

Deste modo, com um grupo reunindo-se ao redor de um grande rolo de papel kraft, inicia-se um jogo no formato de uma cartografia de afetos a partir de leituras e discussões prévias lançadas como dispositivos provocadores. Nas caosgrafias é preciso estar à disposição para jogar com a fala do outro, com os silêncios e pausas, com o movimento e atravessamentos (esses positivos e convidativos). É preciso estar à disposição para estar em composição: ser um com muitos, e um outro, e um do outro ao mesmo tempo. Não existem frases, imagens, citações, que sejam jogadas em vão.

Assim, as duas oficinas de caosgrafia realizadas durante a disciplina possibilitaram a discussão dos temas abordados ao longo dos encontros de leituras e reelaboração coletiva de sínteses, conexões, paradoxos e linhas de fuga. Por meio da intersecção de saberes e experiências, foi possível explorar questões fundamentais, como apropriações da rua, resistências, os impactos da cidade capitalista e as possibilidades de novos desenhos urbanos. A caosgrafia, portanto, se torna, além de um lugar de elaboração da crítica analítica e fundamentada, um espaço de encantamento e esperança, onde modos de fazer se entrelaçam com modos de narrar,

contribuindo para uma tapeçaria complexa de tramas urbanas.

Figura 1 - Registro durante a oficina



Fonte: Acervo dos autores (2024)

3 como este artigo foi escrito

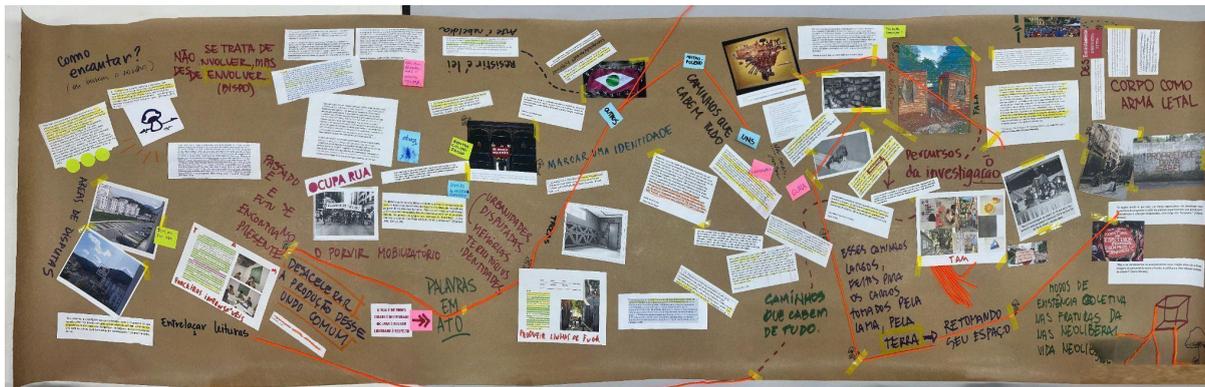
Partindo do produto resultante das caosgrafias realizadas, este artigo foi elaborado por um grupo de "n" pessoas, que se uniram em um exercício de escrita "caosgráfica", utilizando o pronome "nós" para refletir a coletividade que permeia esse processo. As imagens abaixo mostram os artefatos produzidos no primeiro e no segundo encontro.

Figura 2 - painel resultante da primeira caosgrafia



Fonte: Acervo dos autores (2024)

Figura 3 - painel resultante da segunda caosgrafia



Fonte: Acervo dos autores (2024)

No entanto, como escrever a “n” mãos? Lembremos que a escrita sempre diz uma experiência outra que não pode ser domada. Nem aqui, nem agora, nem sozinha. Sobre seu processo de escrita, uma das autoras deste artigo, Amanda Rosetti, comenta em trabalho anterior:

A que deu os pontos iniciais não é a mesma que aqui faz o arremate com apoio e intervenção de uma outra mão que a orienta. Por fim, há ainda a mão que segura neste momento esse compilado de pequenos retalhos e veste-se dele, apropriando-se e o modelando mais uma vez.

A experiência é produtora de discursos e bem como a narrativa é uma experiência contada, ela é também a construção de uma outra experiência que alimenta o ciclo em eterna produção. (ROSETTI, 2017)

Essa escolha linguística transcende o singular, evidenciando que a verdadeira expressão surge da colaboração entre diferentes vozes. Juntas/juntos/juntas, buscamos uma libertação das limitações impostas pela linguagem e pelas palavras, mostrando que por meio da formação de coletivos que pensam, sentem e agem juntos, parece ser mais possível enfrentar os limites impostos pela linguagem dominante e abrir possibilidades para novos sentidos e narrativas sobre a cidade e seus designs, entrelaçando experiências e saberes em um tecido complexo e plural.

Deste modo, e valendo-nos dos dizeres de Frederico Araujo (2016, p. 900), "dar notícias de algo que resta do que temos experimentado, de modo coletivo, a partir de um exercício de desconstrução de dizeres existentes que se querem absolutos, necessários", aceitamos o desafio de contar nossa caosgrafia neste texto, assumindo todos os riscos de uma escrita coletiva, corrente, caótica e conflituosa.

Neste sentido, sugerimos que os tópicos que se seguem sejam lidos como tramas urbanas, cartografias de memória, insurgência e transformação (encantamento ou esperançamentos), sendo tramar um verbo polissêmico que transita entre os significados de entrelaçar, conspirar e planejar. Partindo desse ponto, examinamos as diferentes perspectivas e saberes que constroem a tapeçaria complexa, tecida com fios de teorias urbanas, metodologias críticas e experiências insurgentes pelos sobreviventes urbanos, discutidos ao longo do percurso caos gráfico da disciplina Design e Cidade, oferecida pela pós-graduação em Design da ESDI-UERJ. Trata-se de uma navegação pelo resultado imagético.

A partir desse modo de estar em jogo, pensamos algumas das questões que serão elaboradas adiante em forma de fragmentos, divididos nos seguinte agrupamentos:

cidade capitalista: comentamos a urbanização planetária e o papel do design/projeto nesse contexto, destacando a predominância de uma visão urbano-cêntrica e a importância de questionar como as cidades vêm sendo pensadas e modeladas.

apropriações e resistências: discutimos acerca dos espaços de resistência e inovação dentro do capitalismo, onde a marginalização coexiste com a criatividade e adaptação, destacando a memória coletiva como base para a coesão social e resistência política, assim como os processos subalternos e insurgentes como modos alternativos aos hegemônicos de se fazer cidade e desafiar as estruturas de poder e promover justiça espacial.

futuros e novos desenhos: abordamos críticas à construção urbana como reflexo de estruturas políticas e econômicas dominantes/coloniais, destacando a necessidade de outras imaginações e abordagens cosmopolíticas, alternativas às formas hegemônicas de urbanização.

modos de fazer-narrar: os fragmentos discutem a importância de uma abordagem cartográfica ativa e prática para documentar e analisar as dinâmicas e transformações dos espaços públicos, ressaltando a necessidade de imersão e intervenção daquele que pesquisa junto aos habitantes e territórios pesquisados para compreender e influenciar a realidade urbana, sendo essencial para entender e reimaginar o planejamento urbano de forma inclusiva e democrática, promovendo o direito à cidade e a valorização da diversidade das práticas sociais e culturais que constituem o espaço urbano.

encantamento: exploramos a busca pelo encantamento urbano, destacando a necessidade de reinventar cidades que abriguem múltiplos mundos. Com uma abordagem cosmopolítica, os fragmentos propõem um urbanismo inclusivo e diverso, onde o pensamento fronteiro e as linhas tortas desafiam consensos rápidos e criam espaços de esperança e ação popular. Neste sentido, enfatizamos a importância de práticas e experiências plurais e não hierárquicas para reimaginar o urbanismo contemporâneo, comprometido com a justiça social e ambiental.

4 cidade capitalista

caosgrafar, nomeando tramas coletivas de afetos caóticos

Caóticos e perplexos e desencantados e cosmo-fóbicos e sinceros e doídos e esperançosos e inflamados e insurgentes. Sorria! Estamos no ano de 2024 da Era Comum (EC).

Me dando conta, aqui com meus botões, do quanto essa coisa de nomear tramas coletivas de afetos caóticos serviu de base para falarmos sobre/com/para um urbanismo bastante incorporado em/por cada um de nós, participantes da disciplina Design e Cidade. O que ressoa agora, enquanto digito, são os relatos de colegas de turma:

- Aspectos socialmente críticos na gestão hídrica implementada pela concessionária de águas e esgoto da cidade.

- Muita memória afetiva aflorando em torno da cosmovisão presente na obra de Nego Bispo. Relatos que, de acordo com a minha memória, oscilavam entre a nostalgia de dias mais “organicamente integrados” e a reivindicação pelo direito à moradia digna na cidade. Uma cidade que poderia ser orgânica como “nos bons tempos”, se não me falha a memória.

Com a ajuda de um holograma poderíamos continuar ressoando outros relatos, dando conta de outros tantos afetos caóticos. Mas o fato é que holograma não temos e, assim como a IA, a memória consome muita energia. Sigamos.

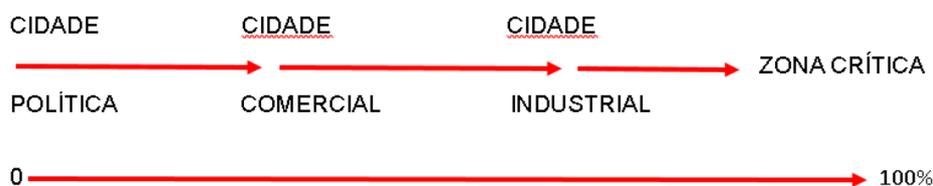
caosgrafar “acontecimentos desconstrução”

O dizer logocêntrico proclama e decreta e estabelece e determina que a única urbanidade legítima é a que deriva da cidade empreendimento. O tom é ameaçador para quem diz não ao feitiço/fetichismo da acumulação infinita.

– Converti-vos, enquanto isso é possível!

Dizemos não, obrigado, e continuamos problematizando cidades vividas e habitadas e inventadas e fotografadas na zona crítica da cidade industrial.

Figura 4 - esquema baseado em Lefebvre (1999)



Fonte: Acervo dos autores (2024)

urbanização planetária e o que o design tem a ver com isso

Os marcadores atuais de urbanização indicam que vivemos em uma sociedade majoritariamente urbana. Viver nas cidades tornou-se uma prática de escala planetária e, em virtude disso, podemos dizer, com Brenner (2018, p. 262), que o “atual momento geohistórico” é atravessado por uma “visão urbano-cêntrica” nas mais diversas áreas de conhecimento. Ou seja, há hoje um crescente e inigualável interesse pelas questões relativas ao urbano. E o que o design tem a ver com isso?

Diante desse cenário e dos crescentes problemas sociais e ambientais que essas cidades planetárias vêm enfrentando, especialmente desde a virada para o século XXI, cabe nos perguntarmos quais caminhos estamos trilhando nos processos de constituição da vida urbana. E, mais que isso: como estamos contribuindo para a consolidação de práticas e processos transformativos que visem o desenho de novos futuros para a vida nas cidades? Como estamos criando, projetando, planejando, produzindo e narrando as cidades? As ruas, os edifícios, as praças e todos os artefatos materiais que mediam a vida humana nesses ambientes urbanos. Que ferramentas estamos utilizando? Quais saberes temos acionado? Com quem temos dialogado? Que tipo de cidade queremos? Esses são questionamentos necessários para a prática de todo aquele que se entende ou se pretende designer da/na cidade.

Brenner (2018) nos alerta que a constituição do urbano não se dá por meio de um processo universal e natural. Trata-se de processos – múltiplos – que são políticos e atravessados por geografias de poder. E, nesse sentido, se certos modos de produção dos artefatos urbanos têm sido hegemonicamente reproduzidos, constituindo cidades alinhadas com o ideal de modernidade

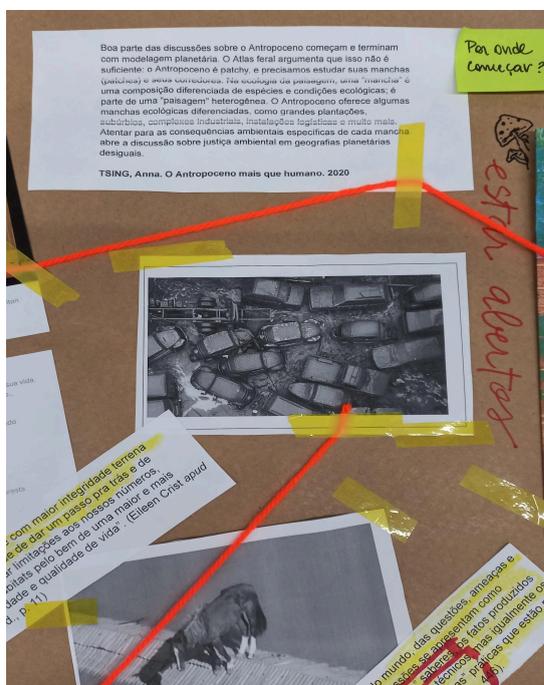
e progresso, uma miríade de outros modos têm sido reprimidos dentro dos arranjos institucionais convencionais, encontrando espaços de reprodução nas frestas e nas margens, tornando-se, assim, expressões da contra hegemonia no design das/nas cidades. Enquanto os primeiros tratam do desenvolvimento, os últimos são mais afeitos ao envolvimento (Bispo dos Santos, 2023).

A história da formação das cidades e as críticas ao urbanismo revelam como a lógica do mercado prevalece sobre as necessidades sociais e as particularidades dos indivíduos (Lefebvre, 1999; Harvey, 2012; Arantes, 2000). Numa construção neoliberal das cidades, os serviços que deveriam promover o bem estar social são comercializados, limitando o acesso da população mais pobre. O projeto urbanístico, essencialmente mercadológico, é um processo de constante destruição da própria paisagem, da construção de uma imagem hegemônica global, da captura de terra das mãos das classes mais pobres, da sua periferização e criminalização, da polarização do espaço urbano e do aumento da desigualdade socioeconômica (Rolnik, 2018).

Ao mesmo tempo em que o homem constrói a cidade, a conformação da mesma é indutora de atitudes e moldam as formas de vida (Harvey, 2012; Eckert e Rocha, 2020). Estar na cidade invoca as percepções humanas que conduzem a formação de códigos capazes de assegurar a vivência do sujeito na sociedade e no ambiente urbano, garantindo que o mesmo possa interagir e atuar, ao compartilhar de símbolos e sendo afetados por eles (Roy, 2017; Eckert e Rocha, 2020).

urbanismos ferais

Figura 5 - fragmento urbanismos ferais



Fonte: Acervo dos autores (2024)

Um emaranhado de automóveis formam uma cena inusitada. O carro, símbolo da potência, da força e do progresso que conduziram os imaginários do urbanismo modernista, protagoniza agora a imagem da fragilidade do homem e da máquina — esse conjunto que a modernidade inventou com as marcas da invencibilidade — diante das forças da terra. Os caminhos largos feitos

para os carros são retomados pela lama, combinação cósmica da água com a terra. Bispo dos Santos (2023) lembra que nesses mesmos caminhos alargados pelos colonialistas para passar carros, não passa mais gente, nem porco nem onça, enquanto nos caminhos quilombolas, que às vezes não passam de um metro, esses de gente diversal que é outra coisa que o humano universal, cabe de tudo.

Vem a água, a catástrofe, a enchente, para virar a cidade, e seus paradigmas, do avesso. Onde se via ruas, vê-se rio. Onde se viam casas, vê-se ilhas de telhas de zinco e fibrocimento. Nessa inversão, uma pequena e frágil ilha vira abrigo para o bicho que tenta sobreviver aos efeitos do antropoceno mais que humano.

Anna Tsing (2021) entra na imagem para lembrar que o Antropoceno:

é manchado e remendado (“patchy”) e oferece manchas ecológicas diferenciadas, como grandes plantações, subúrbios, complexos industriais, instalações logísticas e muito mais. Atentar para as consequências ambientais específicas de cada mancha abre a discussão sobre justiça ambiental em geografias planetárias desiguais.

Com ela, pensamos que a tragédia do Rio Grande do Sul, bem como aquela que ocorreu em Petrópolis em 2022, e tantas outras em Minas, na Bahia ou São Paulo, poderiam ser nomeadas como urbanismo feral. O feral aqui são os efeitos imprevisíveis causados pela arrogância humana ao tentar domesticar as águas, a terra e as plantas através de seus projetos e infraestruturas.

Figura 6 - alguma ecologia



Fonte: Acervo dos autores (2024)

Duas construções de pau-a-pique tentam apontar um percurso de investigação, a fala e a escuta. “Quando se trata do mundo, das questões, ameaças e problemas cujas repercussões se apresentam como planetárias, são os ‘nossos’ saberes, os fatos produzidos pelos ‘nossos’ equipamentos técnicos mas igualmente os julgamentos associados a ‘nossas’ práticas que estão na linha de frente”, lembra Stengers (2018). É aí que uma construção indaga a outra: ainda somos capazes de escutar?

5 apropriações e resistências

levantar outras bandeiras

Pensar em viver nas bordas do capitalismo traz a reflexão sobre a vida nas favelas, a qual a densidade territorial incita um ambiente vital para a sobrevivência e a visibilidade das pessoas marginalizadas. Conforme afirmado por Roy (2017, p. 13), "a favela, em sua densidade territorial, representa um espaço crucial para o capitalismo dos 'bilhões de baixo' onde populações pobres podem facilmente ser tornadas visíveis para o capital global".

Tal expressão busca entender como as favelas, apesar de muitas vezes serem espaços de exclusão, têm papel primordial para a economia global. A alta densidade populacional e a informalidade nas atividades econômicas presentes nas favelas permitem que essas comunidades se tornem visíveis e expressivas para o capitalismo, ainda que de maneira exploradora. As favelas se transformam em pontos de resistência e criatividade, que seus moradores encontram formas inovadoras de sobreviver e se adaptar às condições adversas, desafiando a marginalização imposta pelo sistema.

Nesse contexto, a ideia de subalternidade ganha destaque. As linhas sociais de mobilidade e poder muitas vezes não permitem que os marginalizados formem uma base reconhecível de ação. Isso significa que o subalterno não é definido por um território específico ou uma identidade fixa, mas sim pela exclusão e invisibilidade dentro das estruturas sociais e econômicas dominantes. Nas favelas, essa condição se manifesta claramente, mostrando como a marginalização pode coexistir com a resistência e a inovação, oferecendo novas maneiras de entender e se engajar com o mundo ao nosso redor. (Roy, 2011, p. 14, *apud* Spivak, 2005, p. 476).

A identidade nacional, estilizada pela bandeira da Estação Primeira Mangueira no desfile de 2019, representa os "bilhões de baixo". Nesse desfile, as cores tradicionais da bandeira nacional foram transformadas nas cores da Mangueira, reconstruindo o simbolismo do verde, amarelo, azul e branco. Essa mudança não é apenas estética, mas também uma declaração política e cultural.

Ao trocar o lema "Ordem e Progresso" por "Índios, Negros e Pobres", a Mangueira não só dá visibilidade aos mais marginalizados, mas também desafia a narrativa oficial da história brasileira. Esse gesto subverte a representação tradicional do Brasil, colocando em destaque aqueles que historicamente foram oprimidos e invisibilizados.

Uma bandeira do Brasil nas cores verde e rosa encerra a apresentação da Escola. O símbolo máximo do patriotismo recebe as cores de uma das mais populares comunidades carentes do território nacional. Simbolicamente, é o morro que abraça a luta em defesa da representatividade popular e determina que "são verde e rosa as multidões", tal qual sugere o samba que cantamos. É o Brasil assumindo a identidade do morro. É a Mangueira assumindo a identidade do Brasil. (Vieira, 2019, p. 375).

Figura 7 - bandeira amangueirada

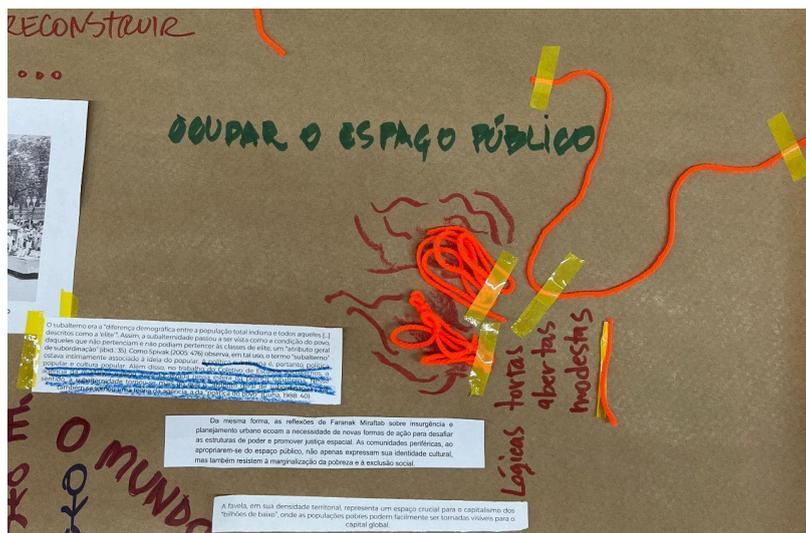


Fonte: G1.com / Scorza (2019)

rua, gerador da vida urbana

Lefebvre (1999) anuncia que a rua não é apenas um local de passagem e circulação. Acima de tudo, a rua é lugar de encontros, afetos e movimentos. Como afirma o autor “Na rua, teatro espontâneo, torno-me espetáculo e espectador, às vezes ator”. A rua pulsante é o gerador da vida urbana e, sem essa mistura, só nos resta a segregação. Aqui encontramos a importância desses movimentos de corpos nos espaços públicos, criando uma dinâmica que transcende os padrões da rua.

Figura 8 - ocupar o espaço público



Fonte: Acervo dos autores (2024)

É possível observar esses movimentos mais facilmente com o carnaval, com os movimentos feministas, com rodas de samba, com os famosos “rolézinhos”, com batalhas de passinho ou de

rap, entre muitos outros. Esses fluxos reforçam a existência de maiorias minorizadas¹, abrem espaço para ocupação, luta e também para a celebração e, ainda, lançam os corpos ao debate na rua através da política ou da cultura e do festejo (mesmo que nisso ainda façam política). Como nos lembra Lefebvre (1999), “Essa desordem vive. Informa. Surpreende.” Alana Moraes (2021) complementa, afirmando: “Comer junto, chorar, festejar, caminhar, nos curar, nos tornarmos cúmplices de uma aventura existencial são práticas relacionais não heróicas que sustentam uma ação coletiva e produzem modos de existência nas fraturas da vida neoliberal [...]”.

Figura 9 - mulher bate-bola a caminho da rua

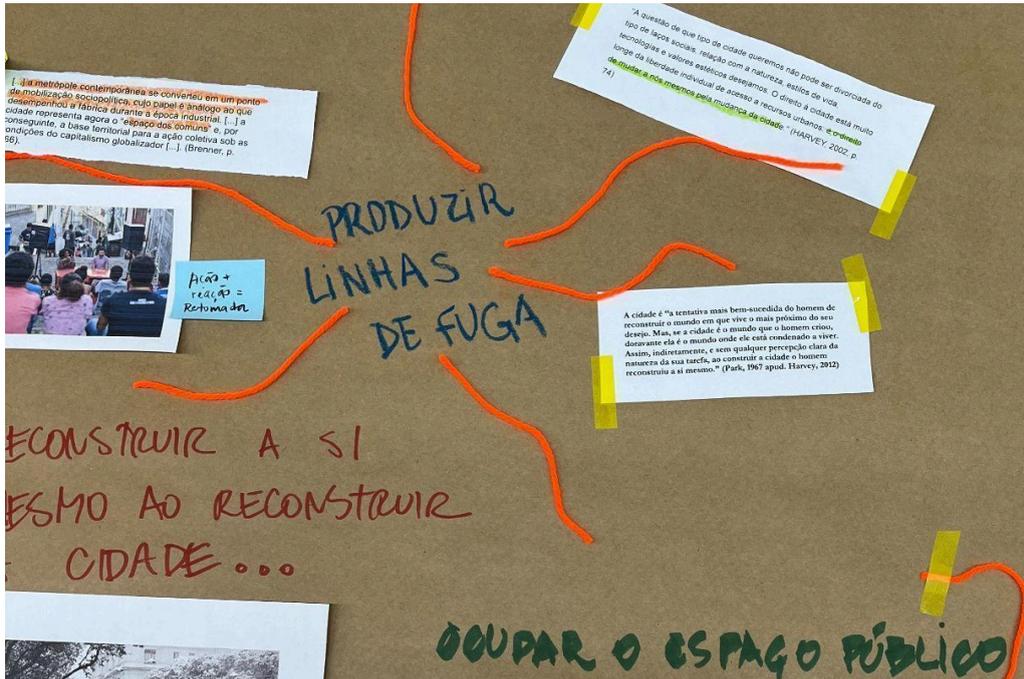


Fonte: folha.uol.com.br / Fernandes (2020)

Faranak Miraftab (2016) ressalta que “Embora esses movimentos não ofereçam, de forma alguma, um plano urbanístico, suas práticas são fundamentais para obstruir a besta da ganância urbana.” Esses movimentos elevam vozes e atraem olhares a lutas necessárias, fazendo-se necessárias outras políticas capazes de evocar um futuro alternativo (Roy, 2017). As reflexões de Miraftab sobre insurgência e planejamento urbano ecoam a necessidade de novas formas de ação para desafiar as estruturas de poder e promover justiça espacial. A autora ainda argumenta que essas práticas insurgentes, como ocupações e manifestações, criam fissuras no poder dominante, permitindo novas formas de habitar arquiteturas, territórios, ruas e cidades.

¹ Conceito trabalhado por Richard Santos no livro “Maioria Minorizada: um dispositivo analítico de racialidade”, editora Telha, 2020.

Figura 10 - produzir linhas de fuga



Fonte: Acervo dos autores (2024)

tramar memórias

Como tramar memórias nos envolve? No entrelaçar das experiências e narrativas de nossas resistências enquanto viventes urbanos que gritam por suas existências. Os gritos reverberados criam um tecido coeso de lembranças coletivas que moldam as identidades desses grupos viventes. Michael Pollak (1989), em seus estudos sobre memória e identidade, destaca como a memória coletiva serve como base para a coesão social e a resistência política, a partir do momento que se referir “[...] ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis” (Pollak, 1989, p. 9).

E o que tramar memórias nos revela? A potência que cada cidade tem, através das suas múltiplas dinâmicas, de expor paisagens urbanas desenhadas e registradas pelas narrativas daqueles que caminham espaço-temporalmente sobre ela. Eckert e Rocha (2020), inspirados por Bachelard, refletem sobre “[...] as situações e paisagens descritas e registradas, ou na escuta das narrativas sobre os tempos vividos na cidade, objetiva e subjetivamente, expressão de imagens que vigoram nas memórias inter e intrageracionais” (Eckert; Rocha, 2020, p. 17) experienciadas e transmitidas.

uma turma de pós-graduação em busca de outros designs capazes de criar antídotos e proteções contra os feitiços da impotência, da exaustão e do “deixa pra lá, sabe como é...” lançados pelas forças da urbanização planetária. Mais do que cidades, descobrimos juntas um perscrutar por modos de habitar a terra diante das violências do Antropoceno.

Desobedecer.

O vermelho é da bandeira estendida pelas mãos de mulheres indígenas que ocupam as arcadas rebuscadas do Real Gabinete Português de Leitura, edifício cuja arquitetura de inspiração camoniana e positivista, localizado no centro do Rio de Janeiro, dedica-se à elevação do espírito pela literatura.

Transgredir.

Reenquadramento da memória²: contra um fundo escuro e empoeirado formado por milhares de peles de papel³ onde se grava os discursos da empresa civilizatória do ocidente, salta essa camada viva, atual, corporificada de discurso emanado por três mulheres indígenas devidamente protegidas da fumaça da epidemia por máscaras, um pano vermelho e tipografia à mão em caixa-alta, nada rebuscada. Sobre a História da pele de papel sobrepõem-se memórias carregadas pelas peles vivas a reposicionar camadas, trazendo ao primeiro plano — dos sujeitos — aquelas apagadas, enterradas, nos escombros da história como objetos da conquista.

Inventar.

Memória e luta política. A Memória, em contínua reinvenção pelo presente, tem papel crucial na reconstrução de comunidades fraturadas pelas violências e traumas da colonização e do progresso, pensamos junto à Elizabeth Jelin (2001).

Reconectar.

Como puede la universalidade de los derechos coexistir con el pluralismo cultural, de gênero, de grupos que expressan su diversidad? Como conciliar o convivir con estas contradicciones y tensiones? (Jelin, 2001, p. 94)

Para a maioria dos seres que não experimentam o mundo a partir dos alpendres da Casa Grande, das sacadas dos sobrados imperiais e das salas de reunião de edifícios de grandes corporações, cabe entender o encantamento como ato de desobediência, transgressão, invenção e reconexão: armação da vida, em suma (Simas; Rufino, 2020).

6 futuros e novos desenhos

imaginar outros futuros

O ambiente construído, além de ser reflexo da economia e da política, é o resultado de uma vontade (Sennett, 2018). Como criticado por Bispo dos Santos (2023) a cidade é um produto eurocristão monoteísta, feita por posseiros seguindo estruturas colonialistas, e está distanciada das outras formas de viver, dos outros seres – humanos e não humanos – e da natureza. Stengers (2018) propõe uma atitude de fazer pensar a partir da visão cosmopolítica, onde primeiramente

² Reenquadramento da memória é uma noção proposta por Pollak (1992)

³ É assim que Davi Kopenawa (2015) se refere aos livros dos brancos em “A Queda do Céu”.

ela desassocia o termo da visão de Kant, que tomava a terra como unificada e onde cada ser seria um cidadão em um mundo comum que compartilha uma ideia do que é bom. Ela propõe desacelerar a construção desse mundo comum, que hesitamos em dar respostas aos problemas como centralizadores de uma única resolução possível. O cosmo é desconhecido e constituído de mundos múltiplos e precisam ser colocados em pé de igualdade para uma construção de mundo mais diverso. Para Bispo dos Santos (2023), o desenvolvimento e as cidades promovem desconexão, é preciso, segundo ele, de envolvimento. A sua proposta é de viver na fronteira, onde não existe sobreposição nem pretensão de mudar o outro, mas sim, um diálogo. Na visão cosmopolítica de Stengers (2018) a condição para o diálogo é a ausência de asepsia, onde cada um possa ter consciência das consequências de suas ações na presença de suas vítimas, dos outros, dos cosmos até então não ouvidos.

É preciso que tomemos a construção das cidades como a construção do mundo que queremos. Como Niara, mulher indígena urbana, aprendeu com seus antepassados, o que fazemos aqui e agora não é para nós mesmos, mas para nossos filhos e netos (Bevilaqua, 2021). Diante do modelo hegemônico dominante de produção urbana, é normal que nos sintamos paralisados frente a pergunta: “como desenhar novos futuros para as cidades?”. Uma nova forma de pensar-fazer-viver a cidade poderia emergir por meio da perspectiva popular, de sujeitos periféricos que resistem e tensionam o sistema. Miraftab (2016) reforça a importância da participação popular, em espaços convidados e principalmente nos espaços inventados, este segundo, quando é preciso forçar a escuta da opinião popular, quando não somos considerados pelas políticas urbanas. Devemos lutar pela imaginação e pela descolonização do futuro, como dito por Miraftab (2016) “necessitamos inventar novas formas de ação, compartilhá-las, criar um repertório, um idioma de planejamento para empurrar os limites da imaginação e evocar um futuro alternativo que seja pela justiça espacial.”

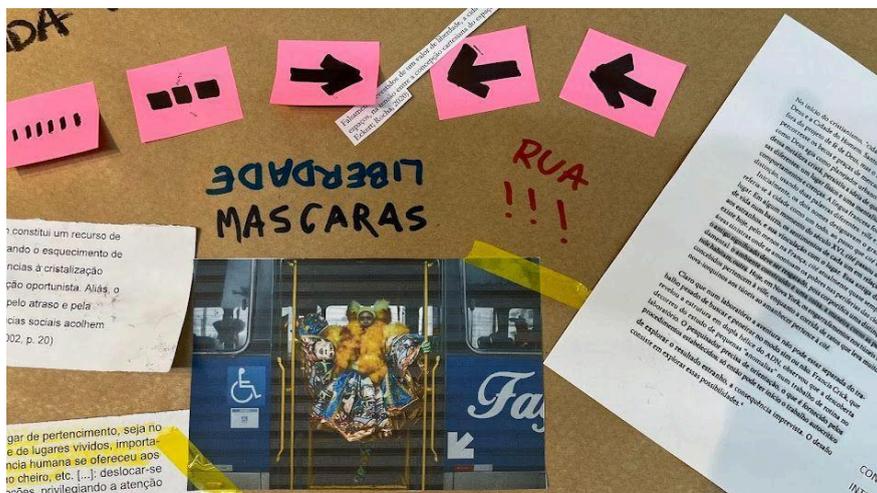
7 modos de fazer-narrar

imersão no plano da experiência

A abordagem cartográfica proposta por Ana Clara Torres Ribeiro (2002) acrescenta uma dimensão prática, ao destacar a importância de mapear as apropriações do espaço público e orientar a ação social através da “cartografia da ação”: “[...] uma cartografia da prática, que não seja apenas dos usos e das funções do espaço, mas também, usável, tentativa e plástica, através da qual se manifeste a sincronia espaço-temporal produzida e produtora da ação.”

Essa perspectiva ressoa com a ideia de Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia (2010) sobre a pesquisa-intervenção, enfatizando a imersão no plano da experiência como um caminho para compreender e transformar a realidade. Como debatido pelos autores, “Conhecer o caminho de constituição de dado objeto equivale a caminhar com esse objeto, constituir esse próprio caminho, constituir-se no caminho. Esse é o caminho da pesquisa-intervenção”, essa metodologia permite um entendimento das práticas ao mesmo tempo que contribui para a desestabilização de padrões.

Figura 13 - modos de fazer-narrar



Fonte: Acervo dos autores (2024)

uma cartografia ativa e imaginativa

Métodos de cartografia são essenciais para documentar, representar e analisar as múltiplas dinâmicas e transformações dos espaços compartilhados e coletivizados. Seja por uma abordagem de pesquisa intervenção, que assume a não-neutralidade e enfatiza a indissociabilidade entre conhecer e fazer, seguindo um percurso que considera os efeitos do processo de pesquisa sobre o objeto da pesquisa e o pesquisador (Passos et al., 2010, p.17), seja por uma cartografia da ação (Ribeiro et al. 2002), no registro da prática e da memória, dos usos e funções do espaço, capaz de representar as relações sociais no espaço e no tempo e que se propõe a produzir ação.

Além disso, mapear um território e suas histórias nos exige uma postura de observação e imaginação. Precisamos estar atentos não apenas à rua, à praça, ao quintal, à laje, aos múltiplos espaços privados e coletivos, mas também aos agentes, seres humanos e não humanos, que neles habitam (incluindo os seres domesticados e os seres selvagens), às interações entre eles e aos eventos que os atravessam e às suas histórias. Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert destacam que

[...] é a cidade, em suas múltiplas rítmicas, como nos ensina Bachelard, que importa ao pesquisador caminhante, contemplando, em suas deambulações, as situações e paisagens descritas e registradas, ou na escuta das narrativas sobre os tempos vividos na cidade. (Eckert; Rocha, 2002)

Assim, devemos ter atenção às zonas cinzentas e não ter pressa em dar denominações ou tirar conclusões absolutas. Uma pesquisa imersiva e interventiva no território, seguindo a perspectiva de José Magnani (2002) do "olhar de perto e de dentro", é essencial para compreender a dinâmica urbana e a vida na cidade em seus inúmeros domínios. E pode ser além disso: levar a sério todas as histórias contadas. Levar a sério as memórias e as imaginações, já que a própria memória, à luz de Pollak (1992), deve ser entendida como um "fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes." Para o autor, a memória é organizada e disputada em contextos sociais e políticos e a identidade individual e coletiva é construída e negociada sempre em referência ao outro.

Para ir mais além, a cartografia deve ser capaz de orientar mudanças. Ela deve influenciar

novas formas de projetar a cidade, levando em consideração as práticas cidadãs que emergem de forma não planejada e que marcam "modos de fazer" diversos. Essas insurgências, que representam o desejo de se ter direito à cidade e de fazer cidade, também devem ser levadas a sério. Como apontam os conceitos de "urbanismo subalterno" (Roy, 2017) e "planejamento insurgente" (Miraftab, 2016), essas práticas cidadãs emergem como formas alternativas e conflituosas de planejamento, em concorrência com os projetos de dispositivos de cultura em territórios, sejam eles centrais ou periféricos.

As festas de rua, por exemplo, não apenas moldam a paisagem física da cidade, mas também transformam narrativas e significados atribuídos aos espaços compartilhados. Elas são produtos de processos subalternos ou insurgentes, onde práticas cidadãs emergem como formas que dialogam com um planejamento alternativo. Essa compreensão levanta questionamentos sobre o direito à cidade e os valores implícitos no planejamento urbano neoliberal, que muitas vezes prioriza o escoamento do capital financeiro em mega projetos de urbanismo empreendedor no lugar de pensar a cidade para quem a habita.

Assim, reconhecer os atores/agentes/seres e suas práticas culturais locais, seus percursos, seus assentamentos e suas histórias, é fundamental para o entendimento das possibilidades de projetos de cidade. Essas práticas transformam não apenas a paisagem urbana, mas também as relações sociais e os significados dos espaços. Mapear práticas cidadãs e insurgentes é essencial para compreender o desenho de uma cidade e pensar na orientação de mudanças nas formas de projetar cidade, promovendo um planejamento mais inclusivo e democrático, que valorize a diversidade e a riqueza das práticas culturais e sociais que constituem o espaço urbano.

8 encantamento

caminhos onde caiba de tudo um pouco

Uma curiosa, torta, aberta e modesta casa começa então a se esboçar em meio ao caos ali grafado. Talvez a tentar dar conta de abrigar múltiplos mundos que tentam coexistir. Uma casa, um oikos, alguma ecologia — insistimos! — que possa ser co-habitada por nós e por tantos outros, eis de outro modo uma proposição cosmopolítica a um urbanismo mais que humano. Como designers num êxodo sem projeto, nos afetamos pelos diversos, pela mestiçagem dos espaços abigarrados, pelos espaços inventados, pelas linhas tortas, pelas zonas cinzentas, pelo pensamento fronteiriço. E nos permitimos ser idiotas, ou melhor, nos desafiamos a atuar como aqueles que diante dos rápidos consensos desaceleram, que ficando com os problemas, tentam desenhar, habitar e pensar nas e com as fraturas que se abrem entre as alternativas infernais para algum encantamento que descolonize e abra caminhos a um porvir mobilizatório, caminhos onde caiba de tudo um pouco.

aterrissando nos escombros do progresso

Enfrentar as questões e os problemas que as cidades do presente nos impõem se mostra como uma tarefa que envolve, acima de tudo, desafios políticos e epistêmicos. Uma série de pensadores das cidades têm se dedicado a compreender, reconhecer e difundir modos de criar, projetar, planejar, produzir e narrar cidades nas frestas e margens. Modos que, aterrissando nos escombros do progresso (Moraes, 2021), acionam formas de agência popular em contextos de subalternidade (Roy, 2017), inventam novos espaços de ação (Miraftab, 2016), reimaginam novos modos de habitar em reconexão com a terra, a natureza e os seres não humanos (Escobar, 2018) e,

assim, vão criando histórias urbanas que acendem faróis de esperança e contribuem para a reformulação da própria ideia de planejamento da cidade e suas ferramentas (Ortiz, 2023).

Esses autores que aqui trazemos dão pistas de como podemos produzir linhas de fuga para que novos caminhos – coletivos, plurais e não hierárquicos – sejam abertos e trilhados nos processos de constituição da vida urbana. Compartilham pensamentos, práticas e experiências que podem contribuir na construção de novas perspectivas para o design das/nas cidades e na experimentação de novos modos de pensar-fazer-viver a urbanização planetária. Estejamos, também nós, atentos a essa pluralidade de pensamentos, práticas e experiências – e aos seus vieses políticos e epistêmicos –, para que o “urbano-centrismo” de hoje nos possibilite reimaginar o design das/nas cidades de forma comprometida com a garantia de justiça urbana para todos.

9 considerações finais: tramar encantamentos, esperançamentos, transformações

Atravessamos este artigo enquanto um espaço potente para ensaiar, caosgraficamente, métodos de pensar coletivamente a cidade como um ambiente propício para a criação e renovação de saberes e fazeres cotidianos sobre design e cidade. Ao discutir diversas perspectivas teóricas e práticas sobre como o design e as intervenções urbanas podem contribuir para transformar a vida urbana, orquestramos a possibilidade de tramar encantamentos, exatamente como discutido por Simas e Rufino (2020), como um “ato de desobediência, transgressão, invenção e reconexão: armação da vida, em suma” (Simas; Rufino, 2020, p. 3).

Através de tramas e urdiduras, nos encantamos, esperançamos e nos movimentamos em direção a possíveis transformações sobre o pensar e modos de fazer urbano. Tramas representam as interações urbanas, enquanto urdiduras se referem aos agentes institucionalizados. Experimentamos olhar as atividades cotidianas, as experiências humanas e não humanas, e os processos socioculturais que se entrelaçam na coisificação urbana, na esperança de “descoisificar” e humanizar a cidade.

A cidade atua como sujeito, objeto direto, substantivo, componente dinâmico e flexível que acolhe a vida urbana, ambas sempre em movimento e transformação. Nessa perspectiva, debatemos teorias urbanas, colocando em foco a relação do design com a cidade e refletindo sobre o direito à cidade e as transformações urbanas. Isso nos levou a considerar sua dimensão humanizada, que se apresenta como “[...] ‘espaço dos comuns’ e, por conseguinte, a base territorial para a ação coletiva sob as condições do capitalismo globalizador” (Brenner, 2018, p. 266).

Consideramos a metáfora urbana da “urdidura” como estruturas, normas e instituições que formam a base da vida urbana, incluindo a sua infraestrutura física (ruas, edifícios, sistemas de transporte), bem como suas estruturas sociais e políticas (leis, regulamentações, instituições). Contudo, a urdidura não acontece sozinha, ela existe pelas tramas e por elas, e nisso se constitui, concomitantemente, a cidade, o ser cidadão e a sua prática. Design na e com a cidade como expressão e representação de um lugar de pertencimento, vivido no deslocamento, topológico e psicológico, através de diversos lugares e seus modos de fazer e narrar o urbano. Eckert e Rocha (2020) nos chamaram a atenção para a importância de entender como a experiência humana se manifesta aos sentidos – visão, audição, olfato, etc. – e perceber esses movimentos como jogos de percepções, dando atenção às formas sensíveis que orientam os habitantes em suas maneiras de viver os espaços e tempos culturais (Eckert; Rocha, 2020, p. 30).

Ou, como diria Holston (2016), e agora tramando teorias por entre fragmentos digressivos,

design e cidade acontecem no entrelaçamento entre tramas e urdiduras que tecem a “cidadania urbana”, que é “[...] ‘fazer a cidade acontecer’ é, simultaneamente, o contexto [urdidura] e o conteúdo [trama] de um sentido de pertencimento, no qual o fazer é entendido como a soma das atividades dos residentes, sendo a residência o critério primário de associação [...]” (Holston, 2016, p. 197-198, inserção nossa).

E percorrendo o tempo na urgência de tramar encantamentos e esperançamentos, buscamos possíveis transformações em outras experiências e epistemologias urbanas através das práticas de insurgência e resistência territorial (Miraftab, 2016). Assumimos que a humanidade herdaria os problemas engendrados pelo antropoceno, aprendendo como sobreviver nas ruínas do capitalismo de forma recíproca, quase que em um devir-com em unísono com o planeta (Haraway, 2023; Tsing, 2021, 2023, 2024). Nos encantamos ao compreender que somos, possivelmente, “[...] uma humanidade com maior integridade terrena [que] convida à prioridade de dar um passo para trás e diminuir, aceitar limitações aos nossos números, economias e habitats pelo bem de uma maior e mais inclusiva liberdade e qualidade de vida” (Eileen Crist *apud* Haraway, *s.d.*, p. 11, inserção nossa).

Em síntese, e de maneira pragmática, como a academia nos convoca, nos permitimos às transformações ao entrelaçar nossas experiências, memórias e resistências para construir uma caosgrafia (Araujo, 2016) que revelasse a relação design e cidade por meio do deslumbramento da cidade enquanto um tecido urbano vivo e complexo. Nesse contexto, a nossa caosgrafia sedimentou a prática da colaboração, deu voz à coletividade, permitindo que nossas balbúrdias e perspectivas se expressassem e se complementassem. Através disso, nos encantamos, pois o exercício nos impeliu a encontrar significados nos pequenos detalhes da vida urbana (Simas; Rufino, 2020).

Ao tramar encantamentos, pudemos enxergar a cidade não apenas como um conjunto de infraestruturas e serviços, mas como um espaço onde a criatividade e a imaginação criam caminhos potentes para novas formas de interação e empoderamento comunitário. E é assim que esperamos futuros possíveis, acolhendo as adversidades do planeta e as diversidades vividas que se encorajam em necessárias políticas urbanas, tramando transformações para a cidade enquanto atos de criação e renovação ininterruptos, reflexos de nossas inquietudes reivindicatórias de direitos.

Então, terminamos aqui, melhor, damos uma pausa, convidando a todos os seres viventes a se unirem a nós neste manifesto contínuo. Convocamos todos a participarem de outras tramas sobre as urdiduras de design e cidade, tecendo encantamentos, esperançamentos e transformações agenciadas por memórias e insurgências em outros cotidianos urbanos.

10 Referências

ARANTES, Otilia. **Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas**. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARAUJO, Frederico et al (GPMC). **Caosgrafias Cidade**. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 18, n. 37, pp. 899-920, set/dez 2016

BEVILAQUA, Camila. **Cada apartamento uma oca**. *Piseagrama*, Belo Horizonte, no 15, 2021, p. 104-111

- BISPO DOS SANTOS, Antônio. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.
- BRENNER, Neil. **Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.
- ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da . **A arte de narrar as (nas) cidades: etnografia de (na) rua, alteridades em deslocamento**. Hawò, Goiânia, v. 1, p. 1–52, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/hawo/article/view/63521> (Último acesso: 12 de julho 2024)
- ESCOBAR, Arturo. **Habitabilidad y diseño: la interdependencia radical y la terraformatividad de las ciudades**. In: Astrágalo. Cultura de la Arquitectura y de la Ciudad, n. 25, 2018. p. 19-44. Disponível em: <https://idus.us.es/bitstream/handle/11441/126326/19-43.pdf?sequence=1&isAllowed=y> (Último acesso: 12 de julho 2024)
- HARAWAY, Donna J.. **Ficar com o problema**: fazer parentes no Chthuluceno. São Paulo: n-1 edições, 2023.
- HARVEY, David. **O direito à cidade**. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, jul./dez. 2012.
- HOLSTON, J. **Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Vol. 18 Issue 2, p. 191- 204. 14p, 2016.
- JELIN, Elizabeth. “Exclusión, memorias y luchas políticas”. En: **Estudios Latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización**. Buenos Aires: Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001. p. 91-110.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Revista brasileira de ciências sociais, v. 17, n. 49, 2002.
- MIRAFETAB, Faranak. **Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (Online). Recife: 2016, v. 18, n. 3, p.363-377, set-dez. 2016.
- MORAES, Alana. Política baldia na cidade-acampamento. In: **Piseagrama**. Belo Horizonte, n. 15, 2021. p. 28-37. Disponível em: <https://piseagrama.org/artigos/politica-baldia-na-cidade-acampamento/>
- ORTIZ, Catalina. Storytelling otherwise: Decolonising storytelling in planning. In: **Planning Theory**, 22(2), 2023. p. 177-200. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/14730952221115875>
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa, intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010. [pista 1].
- POLLAK, Michael. **História, memória e esquecimento**. In: Revista Estudos Históricos. Vol. 2, N. 3. Rio de Janeiro: FGV, 1989. p. 3-15. Disponível em:

https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf (Último acesso: 26 de julho 2024)

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: Revista Estudos Históricos. Vol. 5, N. 10. Rio de Janeiro: FGV, 1992. p. 200-212. [primeira parte] Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/Documentos/memoria_e_identidade_soci_al_pollak.pdf (Último acesso: 12 de julho 2024)

RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. In: **CADERNOS IPPUR**. Ano XV, No 2, Ago-Dez 2001 / Ano XVI, No 1, Jan-Jul 2002.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares**. Primeiras aulas - TVUNESP. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rFRQqjizXpg> (Último acesso: 18 de abril 2024)

ROSETTI, Amanda. **Estado de Si: um ensaio poético sobre a relação "si-outro-outro de si"**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Visual Design) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ROY, Ananya. Cidades Faveladas: repensando o urbanismo subalterno. In: **E-metropolis**. n. 31, ano 8, dez, 2017. p. 6-21. Disponível em: http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/233/original/emetropolis31_capa.pdf?15138%2066648. (Último acesso: 12 de julho 2024)

SARLO, Beatriz. "A oficina da escritura". In: **Sete ensaios sobre Walter Benjamin e um lampejo**. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2013.

SENNETT, Richard. **Construir e habitar: ética para uma cidade aberta**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SPIVAK, G. C. **Scattered speculations on the subaltern and the popular**. Postcolonial Studies, v. 8, n. 4, p. 475–486, nov. 2005.

SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz. **Encantamento: sobre política de vida**. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

STENGERS, Isabelle. **A proposição cosmopolítica**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 69, p. 442-464, abr. 2018.

TSING, Anna. **O Antropoceno mais que Humano**. Ilha – Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 176-191, 2021.

TSING, Anna. **Viver nas ruínas do capitalismo: paisagens multiespécies no Antropoceno**. Brasília (DF): Mil Folhas, 2023.

TSING, Anna. **O cogumelo do fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo**. São Paulo: n-1 edições, 2024.

VIEIRA, Leandro. **Livro Abre-Alas do G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira**. Rio de Janeiro: LIESA, 2019. Link: <https://liesa.globo.com/downloads/memoria/outros-carnavais/2019/abre-alas-segunda.pdf>. (Último acesso: 9 de julho 2019)